

HABEAS CORPUS Nº 431.432 - RS (2017/0335123-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **MAICON ZAGO DOS SANTOS E OUTRO**
ADVOGADOS : **MARCIO CANALI - RS069574**
: **MAICON ZAGO DOS SANTOS - RS082453**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PACIENTE : **MOISES DOS SANTOS (PRESO)**

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. EXTORSÃO MAJORADA PELO CONCURSO DE AGENTES. CONDENAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO RECEBIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TRÂNSITO EM JULGADO. PRECLUSÃO. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Moises dos Santos** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nos autos da Apelação n. 70068779156.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 158, § 3º, do Código Penal, porque, segundo a denúncia, *[n]o dia 15 de maior de 2010, por volta das 20h30min, na Rua do Comércio, nesta cidade, os denunciados, em comunhão de esforços e vontades, constrangeram a vítima Valderes Fontana, mediante grave ameaça, ameaça de morte e de agredir a vítima, com intuito de obter, para si, vantagem econômica, ou seja R\$ 50,00 (cinquenta reais) – (fl. 8).* Finda a instrução criminal, o réu foi absolvido, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

Contra a sentença, insurgiu-se o Ministério Público. O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo ministerial, a fim de condenar o acusado às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 10 dias-multa, como incurso no art. 158, § 1º, do Código Penal.

Nas razões do *writ*, alegam os impetrantes que o recurso de apelação interposto pelo Ministério Público é intempestivo, razão pela qual *deve ser determinado o*

imediato trancamento do processo de execução criminal, impondo-se o imediato restabelecimento da liberdade do paciente (fl. 4).

Requerem, em liminar, seja determinada a soltura do paciente.

Pugnam, no mérito, pela concessão da ordem para, *reconhecendo a nulidade do acórdão prolatado nos autos da Ação Penal n. 135/2.10.0000661-6 por meio da Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e consequente trancamento do processo de execução criminal* (fls. 4/5).

Em 26/12/2017, a liminar foi indeferida pela Ministra Laurita Vaz, no exercício da Presidência desta Corte Superior (fls. 56/58).

Informações prestadas às fls. 61/100.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pelo não conhecimento do *writ* (fls. 104/105).

É o relatório.

A irresignação não merece ser acolhida.

Como bem destacou a ilustre Subprocuradora-Geral da República Julieta E. Fajardo Cavalcante de Albuquerque em seu parecer, *à impugnação ao ato processual ora arguida pelos impetrantes (interposição de recurso promovida em junho de 2015) contrapõem-se as declarações de tempestividade do apelo exaradas pelas instâncias ordinárias às fls. 16 e 35, sobre as quais não ocorreu vergaste específico, de molde que, considerando que o acórdão de apelação transitou em julgado em julho de 2016 (vide fl. 100), a matéria encontra-se já há muito tempo sob o manto da preclusão, não havendo que se falar, portanto, em constrangimento ilegal a ser sanado pela via eleita.*

Ainda que se considere que o ato coator teria sido praticado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao conhecer da apelação supostamente intempestiva, é flagrante a preclusão da matéria, visto que a defesa não se insurgiu na primeira oportunidade de falar nos autos e o acórdão da apelação transitou em julgado em julho de 2016.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

